

SETOR EXTERNO

Comércio exterior — reflexo das mudanças econômicas mundiais

Maria Elena Knüppeln de Almeida*

A onda de medidas protecionistas, na sua maior parte não tarifárias, aventadas pelos diversos países, parece ser a cortina que pretende esconder preocupações bem mais profundas. Tais preocupações, aflorando geralmente em questiúnculas, como protestos denunciatórios de *dumping*, *dumping* social¹ ou como alardeadas preocupações ambientais, que encontrariam no "selo verde"² seu escudo protetor, escondem, provavelmente, problemas de maior abrangência e complexidade.

Os problemas não podem ser catalogados como conjunturais, já que emergem em conseqüência de um complexo processo histórico. Todavia seus reflexos manifestam-se com acentuada nitidez na atual conjuntura.

Por estarmos sentindo, cada vez mais intensamente, essas manifestações, de uma forma um tanto incômoda, consideramos interessante destacar suas possíveis vinculações, porque talvez se encontrem nelas algumas alternativas para a adequada resposta a tais provocações. A tão alardeada competitividade que serviu, durante muito tempo, para justificar a expansão do comércio dos países industrializados, induzindo, com uma convicção discutível, os menos avançados a seguir-lhes o exemplo, começa a deixar de ser o argumento usual de outras épocas... Gradativamente, um maior número de países consegue se insinuar nessa competição... Naturalmente, as mudanças registradas na economia mundial repercutiram no comportamento do comércio exterior...

As barreiras alfandegárias deixam de ter a eficácia protecionista de antes..., configurando-se como uma faca de dois gumes. Poder exportar em condições favoráveis já é menos fácil. A redução das tarifas facilita as condições de competição. Todavia, para obter tais condições, exige-se reciprocidade.

Os países industrializados começam a ver antigas vantagens transformarem-se em inconvenientes e colocam-se na defensiva... A disponibilidade de recursos naturais, motivadora de investimentos que migravam avidamente para o Terceiro Mundo, propiciando aos países em desenvolvimento oportunidades de empregos e aos in-

* Bacharel em Ciências Sociais e Especialista em Planejamento Econômico da FEE

¹ Designação que começa a ser atribuída aos produtos cujos custos de produção poderiam ser considerados "artificialmente" reduzidos em conseqüência dos baixos salários

² "Selo ecológico" da Comunidade Econômica Européia, proposto para identificar o atendimento a padrões de proteção ambiental durante o ciclo de vida do produto

vestidores estrangeiros insumos menos onerosos, já não tem a mesma atratividade. O avanço tecnológico oportunizou outras alternativas. É nesse novo contexto que emerge o "selo verde".

Porém, na base dessa mudança de perspectiva, pode-se perceber o reflexo das transformações econômicas em andamento no Mundo e dos seus indesejáveis resíduos, dentre os quais, o desemprego crescente. E, num cenário desses, transferir recursos para investimentos produtivos em outros países, enquanto aumenta o desemprego no país de origem desses recursos, é constrangedor. Eles precisam manter seus contingentes produtivos ocupados, e, assim sendo, os subterfúgios tornam-se aceitáveis.

Com base em considerações como essas, parece mais compreensível a campanha para convencer que o "papel reciclado" deve ser adquirido em detrimento daquele que, na sua fabricação, comete o "pecado mortal" de ameaçar o equilíbrio ecológico... Não se consideram as alegações de que se trata de florestas cultivadas com esse fim, que existe replantio, etc. Assim, se não aprendermos a combater com o mesmo tipo de "arma" o "selo verde" e outros "selos" que devem vir, eles tenderão a marginalizar nossos produtos nos mercados internacionais.

Paralelamente a todos esses acontecimentos, envolvendo as mais diversas acusações de *dumping* e procedimentos atentatórios à ecologia, que tendem a obstaculizar a colocação de produtos brasileiros no mercado internacional, outros problemas, de natureza endógena, precisam ser superados para a inserção do País na economia internacional.

Existe em andamento um processo de ajuste econômico. Todavia tal processo ainda não logrou transmitir segurança, especialmente no que concerne às indústrias ameaçadas pela abertura às importações. Nessas condições, por vezes, a reestruturação adquire um caráter defensivo...

É interessante, por essa razão, lembrar o que escreve Roberto Marcantônio no Editorial da **Carta de Conjuntura FEE (1993)**:

"(...) procedimentos defensivos destoam de forma essencial da reestruturação que as transformações mundiais estão a cobrar da economia. Nessa reestruturação, as estratégias empresariais ofensivas, em busca de desenvolvimento tecnológico, seriam a característica marcante. Elas exigem estabilidade, taxas de juros compatíveis e o apoio do Estado sob a orientação de uma política industrial efetiva".

Por concordarmos com o que Marcantônio escreve, pensamos que o País deve preparar-se para o enfrentamento de argumentos defensivos similares aos até aqui enunciados, promovendo a reestruturação em moldes que propiciem respostas às acusações de "*dumping* e atentados ambientais", mais eficientes do que as protocolares denúncias ao GATT.

Balança comercial brasileira

Considerando as reclamatórias registradas contra os produtos brasileiros no Exterior, é surpreendente o comportamento da balança comercial brasileira no primeiro semestre de 1993. Tanto o mês de julho como o acumulado de janeiro a julho de 1993 revelaram movimentos recordes no intercâmbio comercial brasileiro. Em julho, o

somatório de exportações e importações atingiu US\$ 6,189 bilhões, valor jamais atingido, em um único mês, pelo comércio exterior do Brasil. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, essa cifra significou um acréscimo de 14,99%.

Caso se tratasse apenas de julho, poder-se-ia atribuir a um excepcional pico de uma conjuntura muito favorável, mas o fenômeno assinala-se durante todo o semestre. A corrente de comércio no período de janeiro a julho de 1993 chegou a US\$ 36,014 bilhões, ou seja, foi 15,22% superior à ocorrida em igual período de 1992, constituindo-se, também, em recorde histórico.

Outro registro destacável durante 1993 é o extraordinário crescimento das importações. Em outras ocasiões, quando se constatava um ponderável aumento na corrente de comércio, ia-se, de imediato, tentar identificar os produtos exportados cuja expansão pudesse explicar o fato. No primeiro semestre de 1993, também se constata um significativo aumento das exportações (10,45% maior do que em igual período de 1992, totalizando US\$ 22,019 bilhões), mas o acréscimo mais surpreendente foi o das importações, que atingiu 41,42% (Tabela 1).

Tabela 1

Balança comercial brasileira — jan.-jul./92 e jan.-jul./93

DISCRIMINAÇÃO	JULHO			JANEIRO-JULHO		
	1993 (US\$ milhões FOB)	1992 (US\$ milhões FOB)	Δ%	1993 (US\$ milhões FOB)	1992 (US\$ milhões FOB)	Δ%
Exportação	3 444	3 441	0,09	22 019	19 935	10,45
Importação	2 745	1 941	41,42	13 995	11 321	23,62
Saldo	699	1 500	-53,40	8 024	8 614	-6,85
Corrente de comércio	6 189	5 382	14,99	36 014	31 256	15,22

FONTE: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1993). Brasília: Secretaria de Comércio Exterior, Jul.

No que se relaciona às exportações, há indicações de que em seu sucesso se encontra a influência da continuidade da expansão da economia latino-americana e, em particular, do comportamento da economia argentina, com o câmbio sobrevalorizado, embora outros fatores também tenham oferecido sua contribuição. No caso argentino, a situação do câmbio teve um impacto maior na corrente de comércio do que a imposição de novos tributos aos produtos brasileiros. E, entre os outros fatores favoráveis, estão o aumento das exportações para o sudeste asiático, a recuperação dos preços de alguns produtos primários e os resultados do aumento da produtividade industrial brasileira, que repercutiram favoravelmente no que concerne à competitividade das exportações.

Estados Unidos e Argentina foram os principais países de destino dos produtos brasileiros comercializados até julho de 1993 no Exterior, atingindo, em conjunto, quase um terço do total. Já no que se refere a principais blocos econômicos, a CEE (25,23%)

e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (24,73%) foram os mais destacados, apesar de as vendas para a CEE terem sido reduzidas, entre janeiro e julho de 1993, em 5,21%.

O maior realce das exportações de manufaturados ficou com **calçados e suas partes**, cujas exportações passaram de US\$ 697 milhões (jan.-jul./92) para US\$ 1,150 bilhão, configurando um acréscimo de 65,14%. Entretanto também foram notáveis os acréscimos das exportações de **partes e peças para veículos** (27,05%), **ônibus** (74,43%), **bombas e compressores** (16,79%), **carne bovina industrializada** (23,38%) e **pneumáticos** (15,02%).

Alguns produtos denominados "básicos" merecem menção, devendo se observar que o comportamento das exportações do conjunto desses produtos foi de ordem a revelar um aumento de 13,08%. No crescimento das vendas de **fumo em folhas** (73,54%), **soja em grão** (37,08%), **carne de frango** (35,46%) e **farelo de soja** (17,55%), encontra-se a explicação para o acréscimo. Entre os semimanufaturados que ampliaram seu comércio, estão **ferro e aço** (17,47%), **pasta química de madeira** (15,98%), **óleo de soja em bruto** (43,15%), **alumínio em bruto** (7,76%) e **couro e peles** (20,57%).

Provavelmente, os efeitos de grande parte das "atitudes defensivas" ainda não foram notados. Entretanto as reclamatórias norte-americanas sobre prática de *dumping* em produtos brasileiros — apesar da decisão da Comissão de Comércio Internacional dos EUA (ITC), que rejeitou 40 das 72 queixas contra fabricantes estrangeiros por comércio desleal — podem ser sentidas nas exportações de **ferro-ligas**, único semimanufaturado que sofreu redução da ordem de US\$ 10 milhões.

Quando se menciona o extraordinário aumento das importações, sem detalhar o comportamento das compras de petróleo, o fato já é surpreendente. Contudo, ao se verificar a representatividade do petróleo no total das importações (7,9%) e, ainda, que elas decresceram em relação a igual período de 1992 (-23,94%), o registrado reveste-se de maior excepcionalidade (Tabela 2). Tudo indica que a dinamicidade observada nas importações do Brasil reflete, além do atraso cambial, a recuperação do nível da atividade econômica.

Tabela 2

Importações do Brasil — jan.-jul./92 e jan.-jul./93

DISCRIMINAÇÃO	JULHO			JAN-JUL		
	1993 (US\$ milhões FOB)	1992 (US\$ milhões FOB)	Δ%	1993 (US\$ milhões FOB)	1992 (US\$ milhões FOB)	Δ%
Petróleo	216	284	-23,94	1 336	1 862	-28,25
Demais produtos .	2 529	1 657	52,63	12 659	9 459	33,83
TOTAL	2 745	1 941	41,42	13 995	11 321	23,62

Possivelmente, a última etapa da Reforma Tarifária, realizada em 01.07.93, foi responsável pelo expressivo acréscimo das importações em julho. Desembarques programados para meses anteriores foram transferidos para julho, a fim de se beneficiarem da redução tarifária.

Desempenho do Rio Grande do Sul

A expansão das exportações sul-rio-grandenses, no período analisado, teve um desempenho que superou, em muito, o verificado com as vendas do País para o Exterior. O montante de US\$ 1,753 bilhão atingido entre janeiro e julho de 1992 com as exportações do Estado foi superado em aproximadamente 80%, chegando a US\$ 3,150 bilhões e, assim, valendo-lhe a classificação como segundo estado exportador.

As causas desse êxito extraordinário estão vinculadas também a fatores conjunturais, mas trazem consigo alvissareiros sinais de mudanças no comportamento empresarial, cujos resultados, ao contrário da eventualidade da conjuntura, têm perspectivas de permanecer.

A participação do Rio Grande do Sul no comércio exterior brasileiro, que tradicionalmente se situava ao redor dos 10%, está em 14,31% e, somada à de São Paulo, maior exportador, atinge quase a metade do total vendido pelo País ao Exterior.

Calçados, soja e fumo foram os principais responsáveis pelo acontecido, embora não se possa deixar de destacar uma ponderável expansão das vendas de carnes de frango.

A soja foi beneficiada por uma situação favorabilíssima dos preços no mercado internacional, que chegou, em julho, a US\$ 275,00 a tonelada, maior valor alcançado nos últimos cinco anos. Para visualizar o impacto de tal vantagem, basta lembrar que, apesar de o volume exportado no primeiro semestre — 850 mil toneladas — ser 23% menor do que o contratado em igual período de 1992, o aumento do valor das vendas do produto foi ponderável. A extraordinária cotação de preço obtida pela soja internacionalmente parece estar ligada à quebra da lavoura dessa leguminosa nos Estados Unidos.

O caso do fumo também foi devido a fatores conjunturais. O destaque do produto, dentre os que conseguiram melhores resultados, é atribuído à sobra de estoques de 1992, retidos por greves no porto de Rio Grande e pela dos fiscais de saúde.

As melhores perspectivas de manter um comportamento expressivo das exportações encontram-se com os calçados, cujo desempenho é atribuído a um esforço empresarial dirigido à conquista de mercados. As estratégias dos fabricantes brasileiros de calçados, na sua maior parte gaúchos, foram a negociação de preços, prazos de pagamento e atenção especial à qualidade do produto. Dessa forma, eles conseguiram um volume de vendas de US\$ 961,5 milhões, ou seja, 69,27% superior ao registrado no mesmo período de 1992.

Caso sejam adotadas, também entre empresários de outros setores exportadores, estratégias similares à dos calçadistas, podem ser boas as perspectivas futuras.

MERCOSUL: discordâncias eventuais

Comércio crescente

Dizer que o MERCOSUL é um conjunto harmônico no caminho da implementação dos instrumentos que poderão consolidá-lo seria fantasioso. Catalogá-lo, como o fez o Sr. Gerhard Schweiger (Presidente da Associação Comercial Argentina/Alemanha), de "uma caixa preta com mais interrogações que respostas" caracteriza uma descrença não muito fundamentada.

Entre o desejável por muitos — que vêem no MERCOSUL uma saída para a marginalidade da América Latina em relação a outros blocos quase solidificados — e a acentuada desconfiança quanto às suas perspectivas, o comércio entre os países que o compõem vai adquirindo um estimulante dinamismo.

A Argentina — desde 1992, segundo principal destino das exportações brasileiras — continuou, no período de janeiro a julho de 1993, a manter-se como tal. Absorveu 8,77% dos bens comercializados pelo Brasil no Exterior, registrando um crescimento de sua demanda por nossos produtos da ordem de 21,52%, quando comparado com as compras de igual período do ano de 1992.

A representatividade do mercado argentino como comprador do Brasil na atualidade adquire maior destaque ao verificar-se que, apesar da proximidade geográfica, raramente sua expressividade ultrapassou os 4% no passado.

A expansão do comércio, porém, não se limita à Argentina. No primeiro semestre de 1993, houve um crescimento das compras paraguaias, em relação a igual período de 1992, de 84,02% e das aquisições do Uruguai de 102% aproximadamente. A intensificação do intercâmbio, entretanto, não tem se limitado aos países do MERCOSUL. As exportações brasileiras para o conjunto da ALADI têm revelado um crescimento invulgar. No período analisado (jan.-jul./93), nossas exportações para a ALADI foram ampliadas em 29,31%, quando comparadas às do mesmo período de 1992, e a representatividade do comércio com esse bloco econômico atingiu 23,27%, bastante superior, portanto, aos 18,94% registrados em 1992. Isso significa que o comércio brasileiro com os latino-americanos que não integram o MERCOSUL também se expandiu. Essa expansão foi, no caso do Chile, de 32,46%; no da Bolívia, de 30,28%; e, no da Colômbia, de 54,13%. Está fora de dúvida que a ampliação do comércio do Brasil com os demais países da América Latina deve estar atraindo a atenção dos países interessados na conquista desses mercados.

Observando apenas os números, é difícil imaginar que a evolução do comércio, especialmente com a Argentina, tem produzido algumas tensões inclusive a nível diplomático.

As constantes reclamações argentinas contra o saldo comercial favorável ao Brasil, as medidas "anti-dumping" e as salvaguardas aplicadas, sem falar na extensão da tarifa zero de importação de bens de capital a todos os países, foram causa de dispêndio de muito tempo e trabalho para os diplomatas brasileiros. O resultado foi que o Brasil, comprando mais, reduziu significativamente o saldo na balança comercial com a Argentina. As importações brasileiras de cereais (trigo) aumentaram, entre janeiro e junho deste ano, 137,8%; as compras de combustíveis minerais (petróleo), mais de 1.000%; e as do terceiro conjunto de produtos argentinos adquiridos pelo Brasil, constituído por automóveis, partes e peças, cresceram 126%. O saldo da balança

comercial brasileira, que foi de aproximadamente US\$ 585 milhões em 1992 (entre janeiro e junho), ficou em cerca de US\$ 384 milhões em 1993 .

Considera-se oportuno destacar aqui que mais importante do que os montantes dos saldos do comércio internacional obtidos pelo País é a composição das correntes de comércio. Quando o aumento das importações visa assegurar a ampliação de mercados e a manutenção dos existentes, propiciar a preparação de uma evolução tecnológica, indispensável à inserção brasileira na comunidade mundial, a melhoria da qualidade e a conseqüente competitividade dos nossos produtos, a redução do "saldo" pode significar, no médio prazo, a perspectiva de um efetivo desenvolvimento do País.

Ainda com relação ao MERCOSUL, é interessante observar que a expressividade das exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina não atinge a mesma significância da constatada com relação ao Brasil. No primeiro semestre de 1993, apenas 5,41% das exportações gaúchas, em valor, tiveram como destino o vizinho país, que se constitui no terceiro comprador dos produtos sul-rio-grandenses. Parece que o comércio com o Uruguai e o Paraguai, em termos de Rio Grande do Sul, tem maiores perspectivas. Esses países, que se situam, respectivamente, em décimo quinto e décimo primeiro lugares como importadores do Brasil, situam-se como oitavo e décimo primeiro compradores do Rio Grande do Sul. Já no relativo aos países originários das importações gaúchas, a situação é outra. De janeiro a junho de 1993, a Argentina foi o principal país de origem dos produtos importados pelo RS (37%); o Uruguai, o terceiro (10%); e o Paraguai, o vigésimo primeiro .

Pode-se perceber um esforço, pelo menos por parte de alguns agentes econômicos nos quatro países, para contribuir com a sedimentação desse grupo, ainda incipiente. É possível, por outro lado, perceber a atratividade que o NAFTA começa a exercer, não só sobre a Argentina, como sobre muitos empresários brasileiros... Precisa-se saber qual a melhor postura, não apenas para um segmento da economia, mas para o País em seu conjunto.

A inserção do Brasil na economia internacional é imprescindível para a manutenção de um desempenho favorável do comércio exterior. Não é possível esquecer, entretanto, que para ela são impostos pré-requisitos, como estratégias empresariais ofensivas, desenvolvimento tecnológico e estabilidade, preparo para o enfrentamento do protecionismo disfarçado e o adequado relacionamento com os blocos econômicos. Tais aspectos, fundamentais para a evolução do País, cada vez terão mais peso no futuro desempenho do nosso comércio exterior.

Bibliografia

- BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1993).** Brasília: Secretaria de Comercio Exterior, jul.
- BOLETIM DE CONJUNTURA (1993).** Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, v.13, n.2.
- CARTA DE CONJUNTURA FEE (1993).** Porto Alegre, v.3, n.4, ago.